



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
CONSELHO GESTOR DO IPAM

ATA Nº 30/2009

Aos quinze dias do mês de outubro de dois mil e nove, às nove horas e dez minutos, na sala de reuniões do IPAM, em Reunião Extraordinária, verificado o quórum, reuniram-se os seguintes membros do Conselho Gestor do IPAM-SAÚDE: José Marly dos Santos Brando, Eliane Silvestrin Saretta, João Dorlan da Silva e Gustavo Valente Ruivo, conselheiros titulares, juntamente com os conselheiros suplentes, José Carlos Matos, Pedro Vanzin Filho e Edson João Adami Mano. A ausência do Carlos foi justificada devido o mesmo estar participando de um evento da ANEPREV. O Presidente do Conselho Gestor, Brando, questionou se algum dos conselheiros gostaria de uma cópia do parecer, referente as remoções, emitido pelos Procuradores do Instituto que consta no processo quatrocentos e oitenta e quatro, de dois mil e um, que se refere à análise da ordem de serviço quatro de dois mil e um. Os conselheiros José Carlos e Pedro solicitaram a cópia. O próximo assunto abordado foi que, provavelmente, na próxima reunião será disponibilizado cópia da Lei Complementar duzentos e noventa e oito, de dois mil e sete, com as devidas alterações provocadas pela Lei Complementar trezentos e vinte e cinco, de dois mil e nove. Conforme solicitado anteriormente foi entregue o Relatório das Campanhas de Saúde Preventivas realizadas pelo Instituto desde o início das mesmas até a presente data. Brando comentou que a pauta estaria prejudicada em razão da presença do Conselheiro Mano e que havia muitos assuntos pautados nas reuniões anteriores do Conselho Gestor, na qual tais assuntos diziam respeito a procedimentos conjuntos entre o Instituto e a Secretaria de Recursos Humanos e Logística. Após Brando pontuou para o Mano que nada adianta termos um plano de saúde que é obrigatório e solidário se o município enquanto ente empregador não realizar parcerias no sentido de trabalhos na área de saúde ocupacional e nos interesses dos servidores no seu bem estar não só de trabalho mas também de saúde. Brando comentou sobre o projeto piloto realizado com trezentos e cinqüenta servidores. Ele mencionou que não tem conhecimento de que este número tenha sido ampliado. Questionou o que a Secretaria de Recursos Humanos e Logística tem que pode nos ajudar no sentido de conseguir esta parceria mais próxima, mais atualizada e mais dinâmica. Mano respondeu que depende a finalidade. Mencionou que o município está trabalhando em cima das doenças ocupacionais. Esclareceu que foram atingidos os trezentos e cinqüenta porque eram as pessoas que apresentavam maior risco para desenvolverem problemas de saúde. Citou como exemplo que, hoje, estamos com cerca de cinco mil servidores do município e quase três mil estão na área da Educação. Nesta área o principal problema é o estresse. Ele falou que a Comissão está trabalhando em cima dos casos existentes. Saliu que a ideia é ampliar. Para Brando, temos um problema que vem há muito tempo que são as chefias. Ressaltou que elas têm uma certa resistência de aderirem, de serem parceiras e de trabalharem estas situações. Acrescentou que houveram capacitações, mas ainda não existe um padrão de comprometimento. Pedro mencionou que o Setor de Manutenção da SMEL participava deste grupo, dos trezentos e cinqüenta. Saliu que o trabalho era realizado de forma excelente, mas, no entanto, foram esquecidos de uma hora para outra, o trabalho simplesmente parou. Eliane é da opinião de que o plano deveria obrigar as pessoas a realizarem os exames. José Carlos entende que alguns cursos deveriam ser obrigatórios e cita como exemplo o curso de Primeiros Socorros que em sua opinião deveria ser ministrado para o magistério, pois estão trabalhando diariamente com as crianças e muitas não sabem como agir no caso de um acidente. Além de que deveriam realizar atualizações a cada um ou dois anos. Mano esclareceu que a Lei quatrocentos e vinte um criou responsabilidades para as chefias e vinculou mais a função que deverá ser exercida. Mencionou que o primeiro trabalho que será realizado agora será com todos os nomeados para as funções gratificadas. Acrescentou que temos clareza que não vai mudar a mentalidade cem por cento dos servidores. Ele explicou como funciona o preenchimento das vagas nos cursos oferecidos pela administração e os

147214

Brando
Eliane
João Dorlan da Silva
Gustavo Valente Ruivo
José Carlos Matos
Pedro Vanzin Filho
Edson João Adami Mano



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM

curtos que foram obrigatórios, por exemplo, os ministrados para os eletricitistas e os motoristas. Pedro manifestou que fica revoltado quando constata o desperdício do dinheiro público e pelo fato de não saber para quem denunciar. Brando lembrou que Mano, na inicial, havia falado que existe um grande número de professoras que estão se tratando na área psiquiátrica. Para Brando se o IPAM juntamente com o Setor de Recursos Humanos da Prefeitura não trabalharem juntos na prevenção iremos ter grandes problemas no futuro tanto para o IPAM-SAÚDE quanto para o FAPS. Reforça que para que isso aconteça é importante sentarmos e começarmos a fazer um plano de trabalho. Para Mano primeiramente temos que separar os papéis de cada um. O Setor de Recursos Humanos tem que trabalhar na área da prevenção e o IPAM deveria tentar trabalhar mais na prevenção. Ressaltou que cabe mais ao Instituto fazer este papel, negociando as consultas, as internações, entre outras questões. Ele enfatizou que para chegarmos a cinqüenta por cento do ideal esperado ainda teremos que caminhar muito, trabalhar as questões políticas para ter um segmento nas ações iniciadas. Além de trabalhar os servidores. Em sua opinião, temos muita gente capacitada dentro do município, não precisamos buscar fora, pois temos muita gente capacitada e só colocá-las no lugar certo. A pretensão de Pedro é muito menor. Para ele, se conseguíssemos um diálogo mínimo para realizar encontros periódicos (quinzenal ou mensal), entre os membros do Conselho Gestor, o Setor de Recursos Humanos, a Secretaria da Educação e a Secretaria da Saúde, já ajudaria muito. José Carlos lembrou que a LDO foi bastante discutida dentro do Conselho e com a explanação realizada pelo Procurador do Instituto na reunião passada ficou claro diante dos apontamentos realizados e das questões levantadas que são necessárias mudanças, como por exemplo, servidores efetivos em determinados setores ao invés de estagiários, melhorar o controle interno, ter perícia própria e nomear o Diretor de Serviços de Saúde. José Carlos ressaltou que fez uma solicitação por escrito pedindo a nomeação do Diretor de Serviços da Saúde. Ressalta que sabemos o caminho que deve ser feito, mas não estamos conseguindo retorno para as angústias e necessidades do Instituto. Mano mencionou que leu o documento que foi encaminhado. Ele entende que enquanto não tivermos uma conclusão de como irá ficar a situação dos médicos dentro do serviço público é preocupante nomear efetivos nesta área. Sugeriu que, talvez, devêssemos pensar numa outra solução como, por exemplo, terceirizar estes serviços ao invés de acabar com os cargos em comissão e nomear servidores efetivos. José Carlos entende que é complicado trabalhar qualquer questão enquanto terceirização. A esse respeito, Brando argumentou que a proposta realizada pela Comissão Paritária era de terceirizar os serviços próprios. No entanto conforme o relatório entregue, no dia vinte e sete de maio pelo Osvaldo, Diretor Administrativo do IPAM-SAÚDE, ficou provado que analisando o custo/benefício é mais vantajoso para o Instituto manter os serviços próprios. Pedro questionou como podemos trabalhar esta junção para construirmos uma alternativa, tendo em vista que não podemos nomear e nem manter os cargos em comissão. Para ele estamos á beira de quebrar o plano. Sua maior preocupação é de que os médicos concursados não vão cumprir o horário e isso trará problemas dentro do quadro de pessoal. Mano salientou que em função de uma reunião que participou há mais ou menos dez dias com a classe médica a situação deles em Caxias é extremamente grave e não sabe se conseguiremos contornar, pois a corporação é muito forte. Ele entende que a solução não será fácil e será difícil mantê-los dentro de uma carga horária. Dorian disse que tem decisões que são de gestão, são administrativas que são de muito tempo. Estas decisões são estruturantes e não estão sendo tomadas. Para ele é só ver os números que falam por si, onde as contas maiores estão concentradas e que continuam crescendo, o gasto com os hospitais, com as clínicas e os laboratórios e, no entanto estamos andando sempre no mesmo lugar. Enfatiza que do jeito que as coisas estão indo o plano não durará dez anos. José Carlos solicitou que conste em ata que, conforme consta no artigo quarenta e um da Lei Complementar duzentos e noventa e oito, de dezembro de dois mil e sete, o Presidente do IPAM tem poderes limitados. Lembra aos Conselheiros que no artigo quarenta e três constam as atribuições dadas a este Conselho e salienta o inciso segundo, cujo a redação é "deliberar todos os atos relacionados ao patrimônio e administração do IPAM-SAÚDE e alterações da legislação e encaminhar as minutas propostas ao Prefeito Municipal". Pedro argumentou que quando entrou para o Conselho tinha a ideia de que terceirizar era melhor do que nomear servidores que não irão cumprir a carga horária e não farão o seu papel,

VH 21/11

MARCIA



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CAXIAS DO SUL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MUNICIPAL - IPAM**

VATT21X.

mas o Osvaldo apresentou um levantamento que demonstrou que custaria o dobro. Gustavo disse que conhecemos praticamente todo o nosso problema e que talvez exista ainda alguma faceta que não exploramos adequadamente, mas temos que partir para a esfera das decisões. José Carlos propôs que o Conselho Gestor agende uma audiência com o Prefeito para comentar a situação do IPAM e sobre os encaminhamentos. O tema foi colocado em votação. Mano disse que não é o momento agora. Para Eliane antes devemos aguardar a resposta da correspondência que foi protocolada no dia vinte e dois de setembro. Pedro e Dorlan se abstém de votar porque acreditam que são questões da administração e os conselheiros não devem se meter. Na opinião do Gustavo podemos ir porque esperar prazo de resposta é complicado. Brando concorda com o José Carlos. Nada mais havendo a relatar eu, Márcia de Araujo, encerro a presente ata que será assinada por mim e pelas demais presentes. MÁRCIA ARAUJO